

---

**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA- SEMEC**  
**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 002/2025/GAB/SEMEC, DE 08 DE**  
**DEZEMBRO DE 2025**

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 002/2025/GAB/SEMEC, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.**

*Disciplina os procedimentos relativos ao Domicílio Tributário Eletrônico (DTEL), no âmbito da Secretaria Executiva da Receita Municipal, e estabelece o portal personalíssimo de serviços eletrônicos para os sujeitos passivos de obrigações tributárias municipais.*

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ECONOMIA** do Município de Porto Velho, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 338 da Lei Complementar n.º 878, de 17 de dezembro de 2021, e pelo art. 21 da Lei Complementar Municipal n.º 1.000, de 7 de janeiro de 2025;

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 101 da Lei Complementar n.º 878/2021 e no art. 291, §7º do Decreto n.º 18.749/2023, que instituem o Domicílio Tributário Eletrônico no Município de Porto Velho;

**CONSIDERANDO** a competência do Município para legislar sobre assuntos de interesse local e instituir obrigações tributárias acessórias, conforme o Código Tributário Nacional, visando facilitar os processos de arrecadação e fiscalização de tributos;

**CONSIDERANDO** a necessidade de modernizar a relação fisco-contribuinte, conferindo maior celeridade, segurança jurídica e eficiência aos atos e procedimentos administrativos;

**CONSIDERANDO** a busca pela redução de custos operacionais para a Administração Pública e para os contribuintes, em alinhamento com os princípios da economicidade e da sustentabilidade; e

**CONSIDERANDO** a importância de consolidar o DTEL como um portal de serviços personalíssimo, que centralize e facilite o cumprimento das obrigações tributárias pelo sujeito passivo;

**R E S O L V E:**

**CAPÍTULO I**  
**DO OBJETO E DAS DEFINIÇÕES**

**Art. 1º** Fica instituído o Domicílio Tributário Eletrônico (DTEL), portal eletrônico de serviços personalíssimos e canal oficial de comunicação entre a Secretaria Executiva da Receita Municipal da Secretaria Municipal de Economia (SERM/SEMEC) e os sujeitos passivos das obrigações tributárias no Município de Porto Velho.

**Art. 2º** Para os fins desta Instrução Normativa, considera-se:

I - **Domicílio Tributário Eletrônico (DTEL):** Portal de serviços personalíssimos, de acesso restrito, e ambiente virtual oficial do sujeito passivo para comunicações e interações com a SERM/SEMEC;

II - **Caixa Postal Virtual:** Módulo do DTEL, de acesso restrito, onde são depositadas as comunicações eletrônicas oficiais enviadas pela SERM/SEMEC ao sujeito passivo;

III - **Assinatura Eletrônica:** Meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica, compreendendo o uso de certificado digital padrão ICP-Brasil, o acesso via conta “gov.br” (níveis prata ou ouro) ou outro método de autenticação autorizado pela SERM/SEMEC;

IV - **Sujeito Passivo:** O contribuinte ou o responsável, pessoa física ou jurídica, por obrigações tributárias, principais ou acessórias de todos os tributos municipais, perante o Fisco Municipal.

**Art. 3º** Todas as comunicações de natureza tributária da SERM/SEMEC com o sujeito passivo credenciado no DTEL serão realizadas por este canal, que terá preponderância sobre os meios tradicionais, abrangendo, entre outras:

I - Notificações de lançamento tributário e Notificações fiscais de lançamento tributário;

II - intimações para cumprimento de obrigações ou apresentação de documentos;  
III - comunicados de autos de infração e termos de fiscalização;  
IV - cientificação de decisões em processos administrativos fiscais;  
V - avisos gerais, incluindo os de débitos para autorregularização;  
VI - outras comunicações de interesse do sujeito passivo ou da Administração Tributária.

**Art. 4º** O DTEL funcionará como um portal integrado de serviços, disponibilizando ao sujeito passivo, de forma exclusiva, as seguintes funcionalidades:

I - caixa Postal Virtual para recebimento de comunicações oficiais;  
II - consulta consolidada de débitos e pendências fiscais;  
III - emissão de guias de recolhimento e certidões de regularidade fiscal;  
IV - peticionamento eletrônico para abertura de processos administrativos;  
V - acompanhamento de fases processuais e manifestações;  
VI - solicitação e gestão de parcelamento de débitos;  
VII - outros serviços que visem facilitar a conformidade tributária.

**Parágrafo único.** O acesso aos serviços exclusivos do DTEL não impedem o uso dos serviços oferecidos no portal do contribuinte, os quais são de livre acesso a todos os cidadãos.

## **CAPÍTULO II DO CREDENCIAMENTO**

**Art. 5º** O credenciamento no DTEL é:

I - obrigatório para:

a) todas as pessoas jurídicas inscritas nos cadastros fiscais, inclusive no cadastro imobiliário, conforme o CTRM e seu Regulamento;  
b) os contribuintes que aderirem ao Sistema Nacional da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (SNFS-e), inclusive o profissional autônomo;  
c) outros sujeitos passivos, quando determinado em legislação específica.

II - facultativo para as pessoas físicas não enquadradas nas hipóteses do inciso I.

**Art. 6º** O credenciamento será realizado por um dos seguintes meios:

I - de forma integrada, no ato de abertura de empresa, via sistema da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM);

II - mediante credenciamento online no portal da SERM/SEMEC, com aceite expresso dos termos e condições de uso do sistema, conforme definido no Anexo Único desta norma.

III - de forma conjunta e automatizada na adesão a outros sistemas tributários do Município.

**Art. 7º** O credenciamento no DTEL é único por raiz de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), sendo irrevogável e por prazo indeterminado, exceto nas hipóteses de baixa cadastral municipal.

**Art. 8º** O sujeito passivo que não efetuar seu credenciamento voluntariamente nos prazos estabelecidos em edital de convocação será credenciado de ofício pela Administração Tributária, submetendo-se a todas as regras e efeitos legais desta Instrução Normativa.

## **CAPÍTULO III DO ACESSO, DAS RESPONSABILIDADES E DA PROCURAÇÃO ELETRÔNICA**

**Art. 9º** O acesso ao DTEL será realizado mediante “autenticação forte”, por meio de:

I - certificado digital válido, padrão ICP-Brasil (e-CNPJ ou e-CPF);

II - conta na plataforma federal “Gov.br”, com nível de segurança prata ou ouro;

III - usuário e senha específicos do sistema, quando admitido e validado pela SERM/SEMEC.

**Art. 10.** São responsabilidades do sujeito passivo credenciado:

I - manter seus dados cadastrais, em especial o e-mail e WhatsApp para recebimento de alertas, permanentemente atualizados perante a SERM/SEMEC;

II - acessar periodicamente sua Caixa Postal Virtual para consulta das comunicações oficiais enviadas;

III - zelar pelo sigilo e pela correta utilização de suas credenciais de acesso, que são de uso pessoal e intransferível.

**Art. 11.** O sujeito passivo poderá, por meio de funcionalidade própria do DTEL, outorgar acesso a terceiros para acessar sua Caixa Postal Virtual e utilizar os demais serviços disponibilizados.

§ 1º Os atos praticados pelo terceiro vinculam o sujeito passivo para todos os efeitos legais.

§ 2º O sujeito passivo é o responsável por gerenciar, constituir e revogar os acessos por ele concedidos.

#### **CAPÍTULO IV DA COMUNICAÇÃO E DOS PRAZOS**

**Art. 12.** A comunicação enviada pela SERM/SEMEC por meio do DTEL será considerada pessoal e recebida pelo sujeito passivo para todos os efeitos legais.

§ 1º A SERM/SEMEC poderá enviar um aviso de caráter meramente informativo ao e-mail e/ou ao WhatsApp cadastrado pelo sujeito passivo, alertando sobre a existência de nova comunicação em sua Caixa Postal Virtual ou de novo serviço disponibilizado.

§ 2º A não observância do aviso por e-mail e/ou ao WhatsApp, seu não recebimento ou eventuais falhas técnicas no provedor de e-mail e/ou ao WhatsApp do sujeito passivo não invalidam a comunicação realizada no DTEL nem afastam a contagem dos prazos.

**Art. 13.** Considera-se realizada a ciência da comunicação:

I - a data e hora em que o sujeito passivo, ou o usuário por ele cadastrado, efetuar a consulta eletrônica ao teor da comunicação, fato que será registrado pelo sistema; ou

II - decorridos 5 (cinco) dias corridos, contados da data de disponibilização da comunicação na Caixa Postal Virtual, caso não ocorra a consulta na forma do inciso I, por ciência tácita.

**Art. 14.** A contagem dos prazos processuais para manifestação do sujeito passivo terá início no primeiro dia útil seguinte:

I - à data da ciência expressa, conforme o inciso I do art. 13 desta IN; ou

II - ao término do prazo para a presunção de ciência, conforme o inciso II do art. 13 desta IN.

#### **CAPÍTULO V DAS PENALIDADES E SANÇÕES**

**Art. 15.** O descumprimento das obrigações previstas nesta Instrução Normativa, em especial a falta de credenciamento obrigatório, sujeitará o infrator às penalidades previstas no Código Tributário e de Rendas do Município de Porto Velho e em legislação correlata para o descumprimento de obrigações acessórias.

**Art. 16.** Sem prejuízo das multas cabíveis, a SERM/SEMEC poderá, como medida de coerção para garantir a conformidade com o DTEL:

I - condicionar o acesso a outros serviços e sistemas eletrônicos da Administração Tributária à prévia leitura das comunicações pendentes na Caixa Postal Virtual do DTEL;

II - suspender ou bloquear preventivamente a emissão de Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e) seja em ambiente local ou nacional e de outros documentos fiscais até a regularização do credenciamento ou das pendências comunicadas via DTEL.

#### **CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS**

**Art. 17.** A eventual indisponibilidade técnica do sistema DTEL que impeça o acesso do sujeito passivo no último dia de um prazo processual, devidamente comprovada junto a SERM/SEMEC, prorrogará o referido prazo para o primeiro dia útil seguinte à resolução do problema.

**Art. 18.** A exclusão de um sujeito passivo do DTEL ocorrerá nas seguintes hipóteses, mediante solicitação ou de ofício:

I - cancelamento definitivo de todas as suas inscrições fiscais;

II - baixa por falecimento ou perda de vínculo tributário, no caso de pessoa física;

III - baixa por extinção ou alteração de domicílio, no caso de pessoa jurídica;

IV - nos demais casos que couber.

**Art. 19.** Os efeitos desta norma tem validade imediata a partir da data de publicação para os contribuintes já credenciados ou que vierem a se credenciar.

**Parágrafo Único.** No prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data de vigência desta norma, a SERM/SEMEC realizará

convocação, por meio de edital, para credenciamento de todos os contribuintes obrigados por lei a aderir ao DTEL.

**Art. 20.** Os casos omissos nesta Instrução Normativa serão dirimidos pelo Secretário Municipal de Economia.

**Art. 21.** Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Assinado Digitalmente

**ARI CARVALHO DOS SANTOS**

Secretário Executivo da Receita Municipal

Assinado Digitalmente

**WAGNER GARCIA DE FREITAS**

Secretário Municipal de Economia

## **ANEXO ÚNICO**

### **TERMO DE USO E RESPONSABILIDADE DO DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO ELETRÔNICO (TUR-DTEL)**

Secretaria Municipal de Economia (SEMEC) de Porto Velho

**Versão 1.0 – dezembro de 2025.**

Este documento estabelece os termos e condições para o uso do Domicílio Tributário Eletrônico (DTEL), o portal de serviços e canal de comunicação oficial entre a Secretaria Executiva da Receita Municipal da Secretaria Municipal de Economia (SERM/SEMEC) de Porto Velho e os sujeitos passivos de obrigações tributárias municipais, em conformidade com esta Instrução Normativa.

Ao clicar em "Li e aceito os termos" ou ao utilizar o sistema, você (doravante "Usuário") declara ter lido, compreendido e concordado integralmente com as condições aqui estabelecidas.

#### **CLÁUSULA 1 – DO OBJETO E DO ACEITE**

1.1. O presente Termo regula o uso do DTEL, que funcionará como um portal de serviços personalíssimos e caixa postal eletrônica para todas as comunicações de natureza tributária entre a SERM/SEMEC e o Usuário.

1.2. O aceite destes termos é obrigatório e indispensável para o credenciamento e utilização do DTEL. A recusa em aceitar os termos impedirá o acesso e o uso das funcionalidades do sistema.

1.3. A adesão é irrevogável e de prazo indeterminado, exceto nas hipóteses de baixa cadastral definitiva, conforme previsto na legislação.

#### **CLÁUSULA 2 – DO ACESSO E DAS CREDENCIAIS**

2.1. O acesso ao DTEL será realizado por meio de “autenticação forte”, utilizando:

- a) Certificado digital válido, padrão ICP-Brasil (e-CNPJ ou e-CPF);
- b) Conta na plataforma federal Gov.br, com nível de segurança prata ou ouro;
- c) Outros meios que venham a ser admitidos e validados pela SERM/SEMEC.

2.2. As credenciais de acesso (sejam por certificado digital, conta Gov.br ou senha) são de uso pessoal, exclusivo e intransferível. O Usuário é o único e exclusivo responsável por sua guarda e sigilo, devendo tomar todas as medidas de segurança para evitar seu uso não autorizado por terceiros.

#### **CLÁUSULA 3 – DAS RESPONSABILIDADES DO USUÁRIO**

3.1. É de responsabilidade exclusiva do Usuário:

- a) Manter seus dados cadastrais permanentemente atualizados perante a SERM/SEMEC, especialmente o endereço de e-mail e o número de telefone (WhatsApp) para o recebimento de alertas informativos. A SERM/SEMEC não se responsabiliza por comunicações não recebidas devido a dados desatualizados.
- b) Acessar periodicamente sua Caixa Postal Virtual no DTEL para consultar as comunicações oficiais enviadas, independentemente do recebimento de alertas.
- c) Providenciar e manter a infraestrutura tecnológica necessária (computador, acesso à internet, navegador atualizado, etc.) para acessar e utilizar o sistema.
- d) Responder por todos os atos praticados no DTEL por meio de suas credenciais de acesso.

#### **CLÁUSULA 4 – DA VALIDADE JURÍDICA DAS COMUNICAÇÕES**

4.1. Todas as comunicações, notificações, intimações e avisos enviados pela SERM/SEMEC por meio do DTEL são considerados pessoais e oficiais para todos os efeitos legais, dispensando a publicação no Diário Oficial ou o envio por via postal.

4.2. A ciência da comunicação será considerada realizada:

a) Na data e hora em que o Usuário (ou seu procurador) efetuar a consulta eletrônica ao teor da comunicação, fato que será registrado pelo sistema; ou

b) Tacitamente, após decorridos 5 (cinco) dias corridos, contados da data de disponibilização da comunicação na Caixa Postal Virtual, caso não ocorra a consulta expressa.

4.3. Os prazos processuais iniciarão sua contagem no primeiro dia útil seguinte à data da ciência (expressa ou tácita), conforme a legislação aplicável.

#### **CLÁUSULA 5 – DA GESTÃO DE ACESSO POR TERCEIROS (PROCURAÇÃO ELETRÔNICA)**

5.1. O Usuário poderá, por meio de funcionalidade própria do DTEL, outorgar acesso (procuração) a terceiros (como contadores ou advogados) para acessar sua Caixa Postal Virtual e utilizar os serviços disponíveis.

5.2. O Usuário é o único responsável por gerenciar, constituir e revogar os acessos que conceder.

5.3. Todos os atos praticados pelo terceiro (procurador) com as permissões concedidas vinculam o Usuário outorgante para todos os efeitos legais, como se tivessem sido por ele pessoalmente praticados.

#### **CLÁUSULA 6 – DA DISPONIBILIDADE E SEGURANÇA DO SISTEMA**

6.1. A SERM/SEMEC envidará seus melhores esforços para manter o DTEL disponível de forma contínua. No entanto, eventuais interrupções para manutenções ou por motivos de força maior podem ocorrer.

6.2. A eventual indisponibilidade do sistema no último dia de um prazo processual, devidamente comprovada pela SERM/SEMEC, prorrogará o referido prazo para o primeiro dia útil seguinte à normalização do serviço.

#### **CLÁUSULA 7 – DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS**

7.1. A SERM/SEMEC se compromete a tratar os dados pessoais e fiscais do Usuário em estrita conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018) e com as normas de sigilo fiscal previstas no Código Tributário Nacional, utilizando-os exclusivamente para as finalidades legais e tributárias a que se destinam.

#### **CLÁUSULA 8 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

8.1. O descumprimento das obrigações previstas neste Termo e na legislação aplicável sujeitará o Usuário às penalidades previstas no Código Tributário e de Rendas do Município de Porto Velho.

8.2. A SERM/SEMEC poderá alterar este Termo de Uso a qualquer momento. As novas versões serão publicadas no portal e o Usuário será notificado para um novo aceite.

8.3. Fica eleito o foro da Comarca de Porto Velho/RO para dirimir quaisquer questões oriundas deste Termo de Uso.

#### **DECLARAÇÃO DE ACEITE:**

( ) Li, compreendi e concordo integralmente com os termos e condições estabelecidos no presente Termo de Uso e Responsabilidade do Domicílio Tributário Eletrônico (TUR-DTEL).

**Publicado por:**

Fernanda Santos Julio

**Código Identificador:**E85CF6D4

---

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 10/12/2025. Edição 4127

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/arom/>